

ATA Nº 02/2021, DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECUPERAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS LESADOS - CRBAL.

No dia 08/11/2021, as 15 horas, no Gabinete de Gestão da Informação, 2º andar do Palácio Iguazu, conforme indicado na convocação encaminhada via e-mail com antecedência regimental aos participantes, reuniram-se em evento híbrido (presencial e virtual), sob a presidência do primeiro, os conselheiros Marcio Fernando Nunes – Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Norberto Ortigara – Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Everton Luiz da Costa Souza – Diretor Presidente do Instituto Água e Terra e Nelson Luiz Gomez – Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, de forma presencial, e Gilberto Giacoia – Procurador Geral da Justiça, de forma virtual. O conselheiro Marcos Domakoski – Presidente do Movimento Pró-Paraná, informou que estava em deslocamento para São Paulo e entraria em contacto virtual quando necessário para prestar esclarecimentos ou votação. E Leticia Ferreira da Silva – Procuradora Geral do Estado, também de forma virtual, mas durante o transcorrer da reunião, em função de consulta médica.

O Presidente Márcio Nunes abriu a reunião saudando e dando as boas-vindas aos conselheiros. Informou que o principal motivo dessa reunião será a apresentação e discussão dos programas que poderão ser contemplados com a alocação da primeira parcela dos recursos já depositados pela Petrobrás nas contas específicas e agradeceu o empenho do Ministério Público na disponibilização desses recursos para aplicação. Continuou explicando: agora vamos devagar porque temos pressa e tudo que foi feito na primeira reunião eram ritos formais e burocráticos que exigiam agilidade, mas daqui para frente, com a ajuda de todas as instituições, vamos devagar para não cometermos um ato jurídico imperfeito que possa provocar atrasos desnecessários na implementação dos programas e projetos. Esses serão colocados à disposição dos conselheiros e das instituições para serem discutidos previamente e formados os consensos sobre aqueles que serão contemplados com recursos, dentro das regras definidas no acordo judicial, para somente após retornarmos a mesa para discussão final e deliberação, sempre que possível de forma consensual.

Passou a palavra ao Secretário Executivo Eugenio Stefanelo, que informou o encaminhamento prévio das fichas técnicas dos programas e projetos aos conselheiros e das planilhas de alocação dos recursos, bem como da ata da primeira reunião. Ato contínuo, fez a chamada dos conselheiros presentes, verificando as ausências iniciais dos Conselheiros Marcos Domakoski e Leticia Ferreira da Costa, portanto dando quórum à continuidade da reunião.

O Presidente Marcio Nunes, em seguida, colocou em apreciação da ata da reunião anterior. O conselheiro Nelson Gomez pediu explicação sobre itens que tratam da aplicação dos recursos e qual a base desses valores, se os acordados com o judiciário ou os depositados nas contas previstas e já corrigidos monetariamente. Ficou esclarecido que para essa primeira parcela serão os valores acordados e eventuais sobras serão rateadas ao final, seguindo o que foi estabelecido no acordo judicial. O conselheiro Gilberto Giacoia informou que a ata da reunião anterior está de forma geral coerente com o que foi debatido, relativamente a participação condicionada do Procurador Geral do Ministério Público nesse Conselho. Ressaltou que a decisão judicial é clara no que se refere a participação de um membro do Ministério Público indicado pelo Procurador Geral da Justiça. Também o acordo prevê a participação do Ministério Público Federal na verificação e acompanhamento, a qualquer momento, da execução dos programas e projetos e as respectivas prestações de conta. Por isso se fez acompanhar nessa reunião do Subprocurador Jurídico, o Procurador Mauro Rocha, que está ao seu lado. E que esse parágrafo poderia ser melhor ajustado na ata, oferecendo inclusive uma proposta de redação, que também abordaria

a participação do Ministério Público nas votações, o que foi aceito. Após, o Presidente colocou a ata em discussão, com a inclusão do adendo proposto pelo Procurador Geral, e em votação, sendo aprovada por unanimidade.

O assunto seguinte da pauta foi a apresentação pelo Conselheiro Márcio Nunes dos principais programas e projetos que estão sendo executados no Paraná, na área ambiental. Em primeiro lugar mostrou como foi estruturada a SEDEST, já prevista no Plano de Governo do governador Ratinho Júnior, sem modelo similar nos demais Estados e com a ajuda da Fundação Dom Cabral. Tendo como base a sustentabilidade e simplicidade, e livre de ideologias, foram definidas três metas: nenhum grau a mais de temperatura, nenhuma espécie a menos e mais empregos. Isso porque não temos a disposição outro planeta B.

O primeiro programa apresentado foi o Paraná Mais Verde, lançado em 2019 e destinado a implantação de viveiros municipais, hortas comunitárias, plantio de árvores nativas e rearborização urbana. Mostrou os resultados alcançados com o apoio das entidades públicas e da sociedade civil organizada, tornando o Paraná o Estado que mais produz e mais conserva.

Em seguida, o programa Descomplica Rural tem como objetivo trazer agilidade nos processos de licenciamento ambiental no campo, com segurança ambiental e jurídica, mediante a digitalização dos processos e com total acesso do Ministério Público a todos os sistemas. Envolve a produção de frango, suínos, peixes, leite e gado bovino em confinamento. E todos os dejetos virando adubo ou biomassa.

Na sequência, o Paraná Energia Sustentável tem como objetivo o licenciamento de empreendimentos que geram energia com baixa emissão de gases de efeito estufa, tendo menor impacto ambiental, como os de biomassa, biogás, eólica, solar e Pequenas Centrais Hidrelétricas. O conselheiro Norberto Ortigara ressaltou que o Estado investe em torno R\$ 50 milhões/ano para bancar parte do custo da tarifa paga pelos produtores ou na redução do custo dos investimentos efetuados, o que, em médio prazo, poderá deixar de ser aplicado devido a redução do custo da energia própria gerada nas propriedades e, conseqüentemente, do seu uso. E a diferença em relação as tarifas atualmente pagas servirá para amortizar, normalmente em poucos anos, os investimentos efetuados na geração.

O programa Lixo é Real, evidencia que os resíduos sólidos são matéria prima com valor econômico quando colocados no lugar certo e problemas ambientais quando descartados no lugar errado. Informou que lei 20.607/2021 aprovou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, com cinco projetos em execução: Consórcios Regionais, Lixo 5.0, Eu pago pelo meu Lixo, Contabilizando Resíduos e Logística Reversa. Dos 399 municípios do Paraná, 324 ou 81% dispõem os resíduos sólidos urbanos em áreas de aterro sanitário devidamente licenciadas e 75 ou 19% em áreas inadequadas. As embalagens de agrotóxicos são 99% recicladas e o Estado é o único do Brasil que resolveu o problema da reciclagem de lâmpadas fluorescentes, com apoio do Ministério Público. Ainda poucos municípios tem locais adequados, mesas separadoras de lixo, prensas e outros equipamentos necessários à efetivação da logística reversa em condições adequadas.

O programa Patrulha Ambiental tem como objetivo auxiliar os municípios no abastecimento de água, no combate a incêndios, na limpeza de calçadas e na gestão dos resíduos sólidos. A maioria das prefeituras não tem os recursos para a compra dos caminhões necessários à realização correta e tempestiva dessas tarefas. E o Estado já está distribuindo, desde 2019, caminhões pipa, caminhões baú, compactadores de lixo, de coleta seletiva, limpa fossa, caçamba e poli guindaste, e caçambas avulsas usadas principalmente na coleta de resíduos de construções.

O programa Lixo 5.0 tem como objetivo o tratamento de resíduos sólidos por meio da tecnologia de temomagnetização, cujo projeto piloto está sendo executado no município de Roncador, em parceria com outros três municípios, com apoio do TECPAR, da Universidade Estadual de Maringá e do Ministério Público. Essa tecnologia está em processo de licenciamento ambiental e os equipamentos instalados tem capacidade de processamento diário de 20 toneladas de resíduos sólidos.

O programa Água no Campo tem como objetivo viabilizar a perfuração de poços artesianos para abastecer áreas rurais e regiões mais isoladas, garantindo acesso à água de qualidade para as famílias. Estão sendo atendidas em média 200 comunidades por ano, cada uma com 20 a 40 famílias e mais de 2.000 pedidos estão na fila de espera. Esse programa se desenvolve em parceria com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, numa ação transversal de governo. O conselheiro Norberto Ortigara acrescentou a necessidade da água de qualidade, certificada na entrada, também para os processos de produção agrícola e principalmente da pecuária, como a produção dos suínos, frangos, peixes e leite, inclusive com o envolvimento da ADAPAR. Acrescentou também a importância de se analisar a possibilidade da entrega completa de toda a estrutura necessária para o acesso a água, desde a abertura do poço até a entrega no local onde ocorre o consumo, como bombas e caixas de água.

O próximo, o PROCEU, é o Programa de Ressocialização e Combate a Erosão Urbana, que tem como objetivo restaurar áreas de fundo de vale ou com ações erosivas. Ressaltou que a água que cai no solo impermeabilizado das cidades, se mal canalizada, leva toneladas de terra e lixo para os fundos de vale e rios, abrindo voçorocas que podem engolir parte das próprias cidades. O conselheiro Norberto Ortigara comentou que há poucos dias verificou o dano causado na cabeceira de uma ponte de acesso a cidade de Pinhalão, que foi totalmente destruída. E o Presidente Marcio Nunes lembrou da constatação, nas andanças pelo interior, de muitos moradores das cidades caminhando ao longo das rodovias devido a falta de local adequado para práticas importantes à manutenção da saúde humana. Informou também que 45 parques urbanos estão sendo instalados em diferentes cidades do Paraná, programa cuja magnitude não acontece em nenhum Estado do Brasil. E se tudo der certo, até o início de 2022, pretende autorizar o início da construção de mais 100 parques urbanos no Estado. Já o Combate a Erosão Urbana tem como objetivo a aquisição de tubos de concreto para obras de drenagem rural e urbana e de saneamento, para combater a erosão e enchentes. Ressaltou que saneamento é água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, porque, antes da lei dos loteamentos, eram abertas e asfaltadas as ruas sem a construção das galerias de drenagem. Em pouco tempo parte dessas obras eram destruídas pela ação das águas, abrindo voçorocas e poluindo córregos e rios.

O programa Paraná é o Bicho trata de animais vitimados, saúde única e bem estar animal, incluindo animais silvestre, domésticos e inclusive de produção. O programa CASTRAPET tem como objetivo o controle populacional de cães e gatos, prevenção de zoonoses e diminuir chances de desenvolver outras doenças no animal. Oferece a castração gratuita de cães e gatos, que hoje custariam em torno de R\$ 600,00 cada se efetuadas por entidades privadas. Envolve duas situações muito estudadas atualmente, a saúde única na relação entre animais e pessoas, como nos casos recentes da gripe aviária e do coronavírus, e o mau trato aos animais devido as crias indesejadas. Já o programa Fauna Vitimada visa proteger a fauna silvestre e doméstica e a garantia de sua existência para manutenção da biodiversidade. Isso porque a expansão das cidades e das atividades rurais aumenta a frequência de acidentes com animais. Esse programa se desenvolve em parceria com seis universidades, através dos Centros de Atendimento aos Animais Silvestres - CAFS e Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS.

O programa Rio Vivo tem como objetivo a preservação da vida aquática e o repovoamento de 16 bacias hidrográficas do Estado, oferecendo melhores condições para o seu desenvolvimento e garantindo água para todos. Envolve a soltura de peixes juvenis nativos de cada bacia e uma série de atividades de educação ambiental de crianças e adultos, inclusive torneios de pesca esportiva.

O programa de Fiscalização Ambiental é desenvolvido pelo Instituto Água e Terra – IAT, responsável pela fiscalização dos empreendimentos licenciados e da biodiversidade. Só existe meio ambiente preservado com fiscalização muito firme e isso ocorre no Paraná. Inclusive dando todo apoio, equipamentos e pessoal para as operações do GAEMA, como as operações Percola, de fiscalização dos aterros sanitários, e mais recentemente a Mata Atlânticas em Pé. O Paraná é o segundo estado do Brasil que mais reduziu o desmatamento e também o segundo que mais multou, porque mais fiscalizou. Nessa atividade, mantém um convenio com o Batalhão de Polícia de Operações Aéreas.

O Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza -PREVINA tem como objetivo garantir a preservação do patrimônio natural do Estado. É executado através de convênios celebrados com o Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Batalhão de Polícia Ambiental. Visa a minimização dos efeitos das queimadas espontâneas ou provocadas.

Na sequência das explanações, o Presidente discorreu sobre as atividades de Turismo desenvolvidas pela pasta, que tem estreita ligação com o meio ambiente. Citou que quem frequenta e usa os parques e visita as belezas naturais existentes no Estado cuida e ajuda na preservação. Citou que o Paraná conquistou o 1º lugar no índice de competitividade ambiental dos Estados, bem como o prêmio recebido da OCDE, em agosto passado, como exemplo mundial em desenvolvimento sustentável. E agradeceu a participação de todas as pessoas e instituições envolvidas há muito tempo nessas atividades. Por fim, após exibir o vídeo Dont Choose Extinction.com, da UNDP, citou “eu estou fazendo a minha parte e você?” E convidou a todos para juntos, também fazerem parte dessa empreitada.

Passando para assuntos gerais, o conselheiro Gilberto Giacoia solicitou a palavra para informar a presença virtual do Subprocurador Geral de Justiça, José Deliberador Neto, devido a necessidade do atendimento concomitante a compromissos inerentes a sua função junto ao Tribunal de Justiça e sua participação no restante da reunião na medida do possível, bem como aguarda a visita do Presidente Marcio Nunes para dar encaminhamento aos assuntos anteriormente já comentados.

O Presidente informou que passaria a palavra aos diretores do IAT, responsáveis pela condução dos programas acima mencionados e onde deverão ser alocados, conforme deliberação dos conselheiros, os recursos referentes a primeira parcela já paga pela Petrobrás. Nada impede, no entanto, a alocação de recursos também em outros bons projetos que surgirem posteriormente.

O Diretor Rafael Andreguetto, como complemento ao apresentado na primeira reunião, discorreu sobre os corredores ecológicos como instrumento de ordenação do espaço territorial, definido pela lei federal 9.985/2000, mostrando que os corredores formam toda a conexão entre as unidades de conservação. O decreto federal 5092/2004 evidencia os corredores ecológicos como áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Da mesma forma, esses assuntos são tratados no código florestal – lei 12.651/2012 e na lei da Mata Atlântica - 11.428/2006. De forma semelhante, a resolução conjunta SEMA/IAP 005/2009 tratou do assunto e mapeou as Áreas Estratégicas para Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado do Paraná – AECP. Essas áreas prioritárias abrangem 301 municípios dos 399 existentes no Estado. E os programas e projetos abrangidos com a alocação de ao menos 40% dos recursos são: o Parques Paraná, Rio Vivo, Paraná sem Lixão, Paraná Mais Verde e Fiscalização Ambiental.

São analogias o programa Água Boa desenvolvidos pela Itaipu Binacional em 180 municípios e a estrada que liga Antonina a Guaraqueçaba, onde é licenciada a retirada de saibro para manutenção da estrada cujo revestimento anterior foi retirado pelo escoamento das águas.

Pela ordem, o Diretor de Licenciamento e Outorga, José Volnei Bisognin, mostrou o auto de infração que resultou na multa objeto da presente reunião. O laudo só foi emitido após a coleta de provas cabais dos danos ambientais provocados. E para tanto é fundamental o reaparelhamento de todo o setor, com os equipamentos previstos como helicóptero, drones, barcos e outros, bem como o fortalecimento de todas as equipes regionais de fiscalização. Isso tornará efetiva a cobrança das multas e a punição dos infratores. Lembrando, também, que todo auto ou licença emitidos exigirá uma fiscalização posterior.

O Conselheiro Gilberto Giacoia, pedindo a palavra e devido ao atendimento concomitante de outros compromissos, deixou clara a condição de abstenção do Ministério Público, no momento. O Presidente Marcio Nunes, em resposta, reafirmou que nada seria colocado em votação na presente reunião.

Em seguida, o diretor José Luiz Scroccaro discorreu sobre os programas de obras já apresentado pelo Presidente. Sobre o fornecimento de tubos aos municípios para o controle de erosão urbana e drenagem (PROCEU), esclareceu que mais de 200 municípios que estão solicitando, dos quais 198 serão atendidos. Desses, 125 estão localizados nos Corredores Ecológicos, 1 no Alto Iguaçu e 72 no geral no Estado. O município encaminha o projeto de drenagem, os técnicos da Secretaria analisam a conformidade técnica, os tubos são entregues gratuitamente no município e a prefeitura arca com os demais custos da execução da obra.

Sobre o programa de Controle de Erosão e Encostas - Erosão, o principal objetivo é o controle das voçorocas, principalmente na região do arenito Caiuá. São 9 obras previstas, das quais 5 enquadradas nos Corredores Ecológicos e 4 no geral do Estado.

Sobre o programa de Controle de Erosão e Encostas – Cheias, são 7 as obras de grande porte previstas no litoral do Estado e na região metropolitana de Curitiba, das quais 3 enquadradas nos Corredores Ecológicos e 4 na região do Alto Iguaçu.

Sobre a Relocação de Famílias, estão previstas 400, das quais 110 enquadradas nos Corredores Ecológicos, 110 na bacia do Alto Iguaçu e 180 no geral do Estado.

Sobre a Proteção e Recuperação de Nascentes, estão previstas obras em 5.142, das quais 3.086 localizadas dentro dos Corredores Ecológicos, 411 na bacia do Alto Iguaçu e 1.645 no geral do Estado. Essa atividade ocorre em parceria com a SANEPAR e a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Envolve também todo um trabalho de recuperação do entorno das nascentes como a recuperação e proteção da mata ciliar, o manejo adequado do solo e o controle da erosão. Inclusive deve ser considerada a necessidade de recarga dos mananciais, capaz de tornar muitas nascentes, novamente, fontes alternativas de abastecimento de água aos poços artesianos. O conselheiro Norberto Ortigara ressaltou a importância e sua concordância com essa visão mais abrangente sobre o programa.

Referente aos Barracões Industriais para Coleta Seletiva, no mínimo 41 municípios devem ser atendidos, dos quais 16 enquadrados nos Corredores Ecológicos, 3 na bacia do Alto Iguaçu e 22 no geral do Estado.

Quanto aos Parques Urbanos, 100 municípios deverão ser atendidos, dos quais 25 enquadrados nos Corredores Ecológicos, 1 na bacia do Alto Iguaçu e 74 no geral do Estado.

Em relação aos caminhões, 47 Coletores Bau deverão ser adquiridos, 1 para a região do Alto Iguaçu e 46 para distribuição no geral do Estado; 39 Limpa Fossa para distribuição no geral do Estado; 87 Caminhões Pipa, 3 para a região do Alto Iguaçu e 84 para distribuição no geral do Estado; e 64 Caminhões Poliguindaste, 1 para a região do Alto Iguaçu e 63 para distribuição no geral do Estado.

Está prevista a aquisição de 70 kits de equipamentos para Coleta Seletiva, dos quais 4 serão alocados em municípios pertencentes aos Corredores Ecológicos, 1 na bacia do Alto Iguaçu e 65 para distribuição no geral do Estado.

Também 80 Trituradores de Galhos, dos quais 12 serão distribuídos em municípios localizados nos Corredores Ecológicos, 2 na bacia do Alto Iguaçu e 66 para distribuição no geral do Estado. Esses equipamentos possibilitam a transformação dos galhos em matéria prima usada ou para compostagem ou para geração de energia.

A redistribuição de água nas comunidades rurais deverá atender 716 comunidades, 489 localizadas em municípios pertencentes aos Corredores Ecológicos, 27 na bacia do Alto Iguaçu e 200 distribuídas no geral do Estado. Abrange a perfuração dos poços, as bombas, a adução até a caixa de água, a caixa, a rede elétrica e parte da adução até as residências. Essas comunidades se situam em 235 municípios do Paraná.

Em relação aos Consórcios de Resíduos Sólidos, o programa prevê a estruturação de 6 unidades, que receberão os equipamentos como os instalados em Roncador e também a formação de aterros sanitários adequados, visando o correto tratamento dos resíduos sólidos.

A Chefe do Núcleo da Inteligência Geográfica e da Informação, Jaqueline Dorneles de Souza, apresentou o programa de Desenvolvimento Tecnológico e Institucional do IAT- i9 Ambiental, que prevê a construção de uma plataforma inteligente de Gestão Ambiental, composta de vários elementos: o GEOPARANÁ, APPs, Redes de Monitoramento Ambiental, o Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA e tudo isso apoiado pela Inteligência Geográfica como indutora dos processos de decisão. Apresentou também todo o escopo previsto no i9 Ambiental.

O conselheiro Everton Luiz da Costa Souza informou que os problemas e as demandas foram apresentados e os programas, projetos e as ações que estão sendo desenvolvidas desde 2019 também. Ressaltou que as propostas sugeridas visam a antecipação do futuro, mediante a aplicação correta e eficiente dos recursos disponibilizados. Evidenciou o esforço e o engajamento de toda a equipe técnica na estruturação e condução dos programas e projetos. E que após o uso desses recursos, todas as atividades aqui apresentadas continuarão, bem como a necessidade de atualização continuada de todos os sistemas de apoio.

O Diretor Eder Rogerio Stela, explicou que o custo de manutenção dos veículos e equipamentos usados nas fiscalizações, inclusive as embarcações, chega a R\$ 4,0 milhões/ano, por serem antigos. E não permitem a realização da atividade de forma eficiente e ágil. Também, que a aposentadoria de grande número de servidores exige a modernização dos sistemas de apoio às atividades desenvolvidas.

O conselheiro Nelson Gomez informou ser favorável a concepção e execução dos projetos apresentados. Informou a solicitação encaminhada ao IEP pelo Ministério Público, para a emissão de parecer sobre o asfaltamento da estrada que liga Antonina a Guaraqueçaba, cuja manutenção do leito atual traz problemas ambientais muito significativos. Encaminhou, após um mês, o parecer totalmente favorável ao asfaltamento, que é algo mandatário e totalmente necessário, dentro de alguns condicionantes, numa manifestação estritamente técnica. Sobre os programas apresentados, observou que o regimento interno aprovado dá uma sequência de atividades a serem seguidas: o plano anual, depois um edital de chamamento dos projetos, que devem ser elaborados na base de um manual. Outra, a diferença entre os valores acordados na justiça e os valores depositados, devido a correção monetária e juros. Em relação as unidades de conservação, não fica claro nos programas e projetos o que é território estadual e o que é federal. Citou que o acordo judicial apresenta uma lacuna de redação no item 4.2.5, que estabelece a aplicação de 20% dos recursos nos itens 1, 2 e 3, sem mencionar se é de forma individual ou no total. E da mesma forma no item 4.2.6. Sobre esses itens sugeriu a formação de um consenso nesse conselho: a aplicação de 20% em cada item do previsto em 4.2.5 e os

restantes 40% nos itens mencionados em 4.2.6. Outra observação levantada foi sobre 7 projetos que não receberam alocação de recursos dessa primeira parcela. Terminando, existem dois projetos duplicados, apresentados pela SEDEST e SEAB, Água no Campo e Proteção das Nascentes, que sugere, sejam unificados.

O Presidente Marcio Nunes, em resposta, explicou que os projetos apresentados mostram o que o Paraná de fato precisa, sendo necessária a colaboração de todos os Conselheiros e as entidades envolvidas para fazerem o enquadramento correto do que o Paraná precisa com o que preceitua o acordo judicial. Sobre o chamamento público, informou que até hoje nunca foi aplicado recurso que passou por chamamento público, porque os projetos apresentados devem passar, entre outras etapas, por banca de seleção. Explicou ainda que os projetos não contemplados com alocação de recursos dessa primeira parcela se devem ao fato de não estarem prontos, como os demais.

A conselheira Leticia Ferreira da Silva ressaltou suas preocupações básicas, se os projetos são aderentes e se estão corretamente enquadrados dentro dos percentuais previstos no acordo judicial. Também, como deixar clara a aplicação dos recursos nas unidades federais, observação já levantada pelo conselheiro Nelson Gomez, bem como o andamento da regularização fundiária nas unidades de conservação, assunto comentado pelo Ministério Público. Solicitou ainda o apoio técnico do pessoal da SEDEST e IAT, principalmente do Everton Souza, Ana Paula Liberato, Edineia Ribeiro Alkamin e do Rafael Andreguetto para estabelecer a aderência dos projetos e os enquadramentos corretos dos valores e percentuais. Sugeriu também trabalhar com cronogramas e a escolha dos projetos que não apresentam dúvidas para serem aprovados em primeiro lugar.

O conselheiro Norberto Ortigara manifestou concordância com o planilhamento dos projetos e a aprovação daqueles que não apresentam dúvidas.

O Presidente Marcio Nunes sugeriu marcar nova reunião extraordinária no dia 22 de novembro, as 14 horas, para deliberar sobre a alocação dos recursos da primeira parcela nos programas e projetos que foram apresentados e sejam aderentes ao estipulado no acordo judicial, o que foi aceito pelos participantes.

O conselheiro Everton Luiz da Costa Souza sugeriu a realização de reuniões entre o IAT, cada um dos conselheiros e suas respectivas instituições, bem como com o ICM Bio, antecipadamente a reunião do dia 22, para analisarem, esclarecerem dúvidas e definirem a aderência dos programas e projetos e o consequente enquadramento dos recursos, proposta também aceita pelos participantes, ficando sob a responsabilidade do IAT o estabelecimento do calendário e a realização das mesmas.

O Presidente Marcio Nunes, diante da ausência de outras manifestações, ressaltou novamente a convocação da reunião extraordinária para o dia 22 de novembro, agradeceu a presença física e virtual dos participantes e encerrou a reunião.